



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA  
EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**RAMILSON XAVIER DOS SANTOS**

**ORIENTADORA: FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**RAMILSON XAVIER DOS SANTOS**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA  
EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Fernanda Cupolillo Miana de Faria

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**RAMILSON XAVIER DOS SANTOS**

### **O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em \_\_\_/\_\_\_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA (Orientadora)

---

GEANE DE JESUS SILVA (Examinador)

---

RAMILSON XAVIER DOS SANTOS (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho monográfico a todas as pessoas interessadas na área de inclusão e que são defensoras de uma educação de qualidade para todos e como direito de todos. Enfim, a cada um daqueles que estão adentrando ou adentraram o processo de formação em inclusão escolar, com o intuito de atualizar, ressignificar e repensar o processo de inclusão no contexto escolar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiríssimo lugar, pois a existência de tudo que faz parte da minha vida pessoal e profissional foi concedida por Ele. Ele está no controle da minha vida, então, sem sombra de dúvida, a vitória conquistada nesta longa caminhada é um presente vindo diretamente das mãos de Deus para as minhas.

Em segundo lugar, não poderia deixar de prestar os meus sinceros agradecimentos à minha família, que, incansavelmente, esteve do meu lado, dando-me todo o apoio necessário, inclusive torcendo na arquibancada da vida por mais esta vitória tão sonhada e desejada.

Em terceiro lugar, agradeço, também, aos meus colegas de curso pelo apoio e incentivo. Às tutoras online na pessoa da professora Fernanda, que, mesmo distante, contribuiu para a minha formação acadêmica, orientando e dando os suportes que se fizeram necessários para que se tornasse possível a conclusão deste curso. Às tutoras presenciais, à coordenadora do Polo Educacional Dona Carmen, à coordenadora online do curso, que também foram fundamentais no decorrer deste processo. Cada um deixou a sua parcela de contribuição. Aos monitores de informática que nos honraram com paciência e uma porção de conhecimentos adquiridos frente ao uso das tecnologias da informação e comunicação. A todos aqueles que, direta ou indiretamente, lutaram e intercederam para que esse curso de Licenciatura em nível de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar fosse ofertado em nossa região, chegando, assim, em boa hora. Afinal, nunca é tarde para quem deseja dar continuidade aos estudos e lutar por uma educação cada vez melhor.

Portanto, sozinho seria impossível conquistar mais esse sonho e somar não só mais um título, mas a ressignificação e obtenção de novos conhecimentos. Porém, com a ajuda das pessoas acima mencionadas, o tempo de cantar chegou e, assim sendo, ficam aqui registrados os meus agradecimentos. Enquanto existir a minha vida, as lembranças de todas estas pessoas existirá e não há borracha que possa apagá-las. Que Deus os abençoe e meu muitíssimo obrigado.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>7</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>11</b>
2.1 Alguns Olhares Sobre o Processo de Inclusão em Nível Nacional e Municipal	11
2.2 As Especificidades no Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência Auditiva	13
2.3 Discutindo a Inclusão na Rede Municipal de Ensino	16
2.4 O Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva em Uma Escola da Rede Municipal de Ensino: Um Estudo de Caso	18
<b>3 OBJETIVOS</b>	<b>21</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	22
4.2 Contexto da Pesquisa	23
4.3 Participantes	23
4.4 Materiais	24
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	24
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	25
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	26
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>27</b>
5.1 Resultados e discussão da entrevista com a gestão e coordenação escolar	27
5.2 Resultados e discussão da entrevista com os colegas do aluno surdo	33
5.3 Resultados e discussão do questionário direcionado ao aluno surdo	35
5.4 Resultados e discussão dos questionários direcionados aos professores do aluno surdo	37

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>52</b>
<b>A- Roteiro de Entrevista - Gestão Escolar (Direção e Coordenação) (Modelo)</b>	<b>52</b>
<b>B- Questionário- Professor (Modelo)</b>	<b>55</b>
<b>C- Roteiro de Entrevista - Aluno (Colegas do Aluno Surdo)</b>	<b>58</b>
<b>D- Questionário- Aluno Surdo (Modelo)</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>61</b>
<b>A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)</b>	<b>61</b>
<b>B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)</b>	<b>62</b>
<b>C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais ou Responsáveis (Modelo)</b>	<b>64</b>
<b>D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor (Modelo)</b>	<b>66</b>
<b>E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenadora (Modelo)</b>	<b>68</b>

## RESUMO

O presente trabalho monográfico constitui-se como resultado de um estudo voltado para o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva, desenvolvido em uma escola da rede municipal de ensino, instituição esta que consta de apenas uma matrícula de aluno com surdez. Realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, questionários e observações, com o fim de investigar como se dava o processo de inclusão do aluno surdo na unidade escolar em questão. O trabalho contém informações pertinentes ao processo de inclusão, podendo servir de suporte para enriquecer e ressignificar os conhecimentos de futuros pesquisadores com interesse na temática. Mediante realização da pesquisa, foi possível chegar a alguns resultados no que diz respeito ao processo de inclusão do aluno com surdez, a exemplo da falta de profissionais para prestar-lhe um atendimento educacional especializado; a dificuldade de comunicação existente entre aluno, professor e colegas; a falta de qualificação dos professores na área de inclusão; a ausência de um intérprete de Libras, dentre outros fatores.

**Palavras-chave:** processo de inclusão; deficiência auditiva; diagnóstico.



## 1 APRESENTAÇÃO

Há 10 anos atuando na área de educação, tenho adquirido muitas experiências no trabalho com alunos do 6º ao 9º ano, construído muitas amizades, contribuindo com o futuro de muitos alunos, mas também tenho estado descontente com o ensino oferecido aos alunos com deficiência, principalmente no que diz respeito ao aluno surdo. Este descontentamento levou-me a realizar uma inscrição no curso de Licenciatura em nível de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pela UNB. Além disso, provocou em mim o desafio de pesquisar sobre o tema da inclusão do aluno com deficiência auditiva em uma escola da rede municipal de ensino. Esta pesquisa, além de me levar a ter conhecimento de inúmeras informações, foi de grande utilidade para o repensar pedagógico, bem como do processo de inclusão até então executado na instituição de ensino.

É sabido que inúmeros são os problemas enfrentados no contexto da educação inclusiva. Muitos têm se perguntado como promover a inclusão do aluno com deficiência auditiva juntamente com os demais alunos da classe regular de ensino. Em decorrência da situação precária em que muitos alunos se encontram nas instituições escolares, uns excluídos em plena sala de aula, outros com o futuro comprometido, é de extrema importância que se saiba como se dá o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva numa instituição de ensino. Ao pesquisar sobre o tema em foco, é possível conhecer de perto a realidade em que se encontra o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva na instituição escolar pesquisada, detectando assim o que já existe e o que a escola precisa fazer para melhor desempenhar este papel, contribuindo de forma significativa com uma educação de qualidade como um direito de todos e para todos.

Como é de conhecimento de uma boa parte da sociedade, o processo de inclusão dos alunos com deficiência, dentre elas a auditiva, não tem sido promovido com sucesso na maioria das escolas municipais espalhadas pelos quatro cantos deste país. Essa realidade em âmbito educacional tem gerado em muitos um estado de preocupação com a situação em que se encontra o processo de inclusão destes alunos nas escolas do nosso município. A escola

tem garantido a oferta da matrícula do aluno com deficiência no ensino regular; porém, a garantia do ensino de qualidade direcionada a ele ainda é um “faz de conta”.

Há quem diga que a escola ainda não exerce o seu verdadeiro papel, que é promover uma educação de qualidade para todos. Pode-se dizer que a escola é eficiente no atendimento ao público de alunos tidos como “normais”. Na lida com o aluno surdo, no entanto, não tem conseguido esta mesma eficiência. Em outras palavras, não tem conseguido desempenhar o seu papel de escola inclusiva, uma vez que o aluno que possui a referida deficiência na maioria das vezes se encontra apenas integrado na classe regular, pois suas reais necessidades não são atendidas. Não buscamos, com isso, uma generalização da situação, pois, como bem sabemos, há escolas que têm se empenhado para garantir a inclusão de seus alunos.

Não se pode esquecer que o direito a uma educação de qualidade não é somente dos alunos ditos “normais”, mas dos alunos como um todo. No entanto, o direito do aluno com deficiência auditiva precisa ir além da garantia que se encontra na lei. Apesar de bem esclarecida no papel, a prática destas leis nas instituições de ensino muitas vezes é obscura. Tanto é que muitos alunos estão com seu futuro comprometido em decorrência da má educação recebida, quem sabe por falta de uma estrutura arquitetônica e da falta de formação e preparação de seus profissionais para lidar com o público-alvo da educação inclusiva.

Diante dos inúmeros problemas elencados acima, diversos questionamentos surgiram no decorrer da elaboração do projeto de pesquisa; dentre eles: Quantos alunos com deficiência auditiva se encontram matriculados na escola da rede municipal de ensino em questão?; O que essa escola tem feito de concreto para promover a inclusão do aluno com deficiência auditiva?; Quais projetos têm sido pensados com o intuito de ajudar no desenvolvimento deste aluno e superar os desafios em decorrência de suas limitações?; Qual o maior desafio enfrentado pela escola diante do processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva?; Qual apoio a escola tem recebido para ajudar neste processo de inclusão?; Como é a relação do aluno com a escola, colegas, professores e demais funcionários?; A biblioteca da escola

atende às reais necessidades do aluno com deficiência auditiva?; Há profissionais habilitados na área de inclusão, pelo menos com formação em Libras?; A escola possui salas de recursos multifuncionais?; Como promover um ensino eficaz direcionado ao aluno com deficiência auditiva?; O que os professores têm a relatar sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva?; Quais aspectos positivos e negativos experimentados neste processo?

Estes questionamentos nos levaram a refletir sobre o processo e repensar não só a educação no contexto escolar inclusivo, mas a própria prática pedagógica enquanto professor atuante frente ao processo de inclusão.

É imprescindível notar que o processo de inclusão vai além da abertura de vagas direcionadas aos alunos com deficiência no período que compreende a realização das matrículas. Para alcançar eficácia, este processo requer o respeito à diversidade do aluno, a consideração de suas reais necessidades, aprendizagem em conjunto, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenciais que possa ter, espaço físico adaptado e adequado, preparação de todos os profissionais da escola para tratarem e desenvolverem as competências/habilidades dos alunos, e assim por diante. Sendo assim, esta pesquisa monográfica surge da percepção das inúmeras lacunas existentes em torno desse processo, as quais precisam ser preenchidas com o objetivo de melhorar o acesso do aluno com deficiência auditiva na escola da rede municipal de ensino. Tem-se como intuito, a partir deste trabalho, descobrir estratégias que venham a resultar na melhoria da educação do aluno com deficiência auditiva que até então se encontra segregado na escola e também trabalhar em torno dos equívocos cometidos nesse processo, a fim de ajudar a escola a trilhar pelo caminho que leve este sujeito a superar suas limitações e vencer os desafios que a vida lhe apresenta.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Alguns olhares sobre o processo de inclusão em nível nacional e municipal**

Nos últimos anos, é perceptível o quanto tem se discutido acerca do processo de inclusão nas escolas brasileiras, principalmente em âmbito municipal. Tal processo tem como marco histórico a data de junho do ano de 1994, com a Declaração da Salamanca/Espanha, promovida pela UNESCO, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, assinada por noventa e dois países. O documento tem como princípio fundamental que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). No entanto, vale ressaltar que a educação inclusiva começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil desde a constituição de 1988, no Artigo 208, definido pelo Decreto número 7.611/2011. A partir desta data, novas leis foram surgindo a fim de melhorar o acesso e o ensino dos alunos com deficiência. A lei LDB 9394/96 assegurou a estes alunos o direito primordial de serem matriculados na rede regular de ensino e a sua permanência no ambiente escolar; além disso, afirma-se tratar de um dever não somente do estado, mas dos pais e/ou responsáveis.

Diversos educadores conferem ênfase a este processo inclusivo, que para alcançar a sua eficácia e atingir o patamar de uma educação de qualidade para todos e como direito de todos, requer uma transformação no sistema de ensino tanto em nível nacional quanto municipal. Independentemente de suas deficiências ou limitações, os alunos como um todo têm o direito assegurado por lei de serem beneficiados com um ensino de qualidade, tendo suas diferenças valorizadas e respeitadas. Nesta perspectiva, Kunc diz o seguinte:

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo (KUNC, 1992, p. 25).

Tomando como base a citação acima, vemos a necessidade de repensar o processo de inclusão dos alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino. Além disso, aproveitar o ensejo para buscar uma atualização das concepções que se tem acerca do processo inclusivo, para que haja uma resignificação e melhor compreensão acerca do mesmo, fazendo com que não seja garantido somente no papel, mas aconteça na prática. Em diálogo com esta questão, Bueno diz que:

Temos que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade (BUENO, 1998, s/p).

É sabido da importância que este processo de inclusão tem na vida do aluno com deficiência e o quanto completa a escola, levando a exercer o seu verdadeiro papel de educar para a vida e promover o desenvolvimento do sujeito. Como afirma Mantoan (1997, p. 210): “a educação só se realiza ao garantir o pleno direito à cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais”. Pessoas estas que, além de serem aceitas em meio à sociedade, devem gozar dos mesmos direitos que os ditos “normais”. É certo que, em decorrência de suas limitações, não se podem estabelecer limites para que sua aprendizagem aconteça, mas respeitar o tempo do aluno, evitando pressioná-lo a aprender no tempo dos colegas ditos “normais” ou mesmo no tempo estabelecido pela escola. A este respeito, Aquino ressalta que:

a heterogeneidade característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e conseqüente ampliação das capacidades individuais (AQUINO, 1998, p. 63-64).

Ainda em se tratando do processo de inclusão, observa-se um vasto campo em que muita coisa ainda precisa ser mudada, construída, revista e bem planejada. Para isso, é preciso que a comunidade escolar venha a requerer, urgentemente, mudanças em todos os aspectos, não só em nível municipal, mas nacional. Nas instituições de ensino onde constam matrículas de alunos com deficiência auditiva no ensino regular, as salas de aula e o espaço como um todo não atendem às suas reais necessidades, isso tomando como referência a região cujo município em que a unidade de ensino pesquisada está centralizado. Tais mudanças são imprescindíveis para promover a eliminação das inúmeras barreiras que impedem o acesso à escolarização do aluno com deficiência. Reforçando essa questão, Werneck ressalta que:

A inclusão educacional requer mudanças do espaço escolar, pois defende a inserção de alunos com quaisquer déficits e necessidades no ensino regular; a inclusão exige rupturas e cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos, e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola (WERNECK, 2007).

## **2.2 As especificidades no processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva**

Quando se fala em especificidade, referimo-nos a particularidade. Como é de conhecimento de muitos, o processo de inclusão precisa carregar consigo alguns detalhes extremamente importantes para que a inclusão do aluno com deficiência aconteça de verdade. Tais detalhes precisam ser considerados, caso se queira obter êxito mediante este processo. Dentre eles, destacamos alguns. Primeiramente, adequar o espaço escolar às reais necessidades do aluno com deficiência auditiva, levando-o a não se sentir fora do lugar, ou seja, como um “peixinho fora d’água”. Nesta perspectiva, Mantoan argumenta que: “compreender o espaço que cada um está inserido é compreender uma gama

de possibilidades partindo da prática educativa dos professores” (MANTOAN, 2009 apud SOARES; FIGUEIREDO, 2007, p. 142).

Em segundo lugar, promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado quando disponível; flexibilizar o currículo, metodologias de ensino, recursos didáticos, instrumentos avaliativos e o Projeto Político Pedagógico da escola, tornando-os adequados ao aluno com deficiência. A partir dessa flexibilização, será possível oferecer a esse aluno as mesmas condições pelas quais os alunos ouvintes têm se desenvolvido, ficando assim o docente com a responsabilidade de ajustar sua prática pedagógica, ou seja, repensar as suas estratégias de ensino, não perdendo de vista aquilo que se constitui como real interesse do discente. De acordo com Franco, “as adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades educacionais especiais” (FRANCO, 2007, s/p).

É preciso que a escola dê atenção não somente aos alunos ouvintes, mas também aos surdos; daí a importância de trabalhar a linguagem desse aluno no contexto escolar, pois muitos entram na escola sem o conhecimento dessa linguagem e saem da mesma forma com que entraram. A grade curricular da escola só atende aos interesses dos alunos que aparentemente não possuem uma deficiência. Nesse caso, em se tratando dos surdos, os ouvintes levam vantagem, o que na verdade não pode ocorrer, pois a educação é um direito de todos e deve ser direcionada para todos, independentemente de suas diferenças ou peculiaridades. Formoso, por sua vez, ressalta que: “No caso dos surdos, o currículo é um campo de disputa entre os interesses de poucos surdos e de uma maioria ouvinte” (FORMOSO, 2009, p. 36).

Vale lembrar que a escola, muitas das vezes, é pobre no que diz respeito a profissionais com formação específica na área de linguagem de sinais e isso tem dificultado, e muito, o processo educacional direcionado ao aluno com deficiência auditiva. Quando se fala em linguagem, é válido ressaltar que a base de todo o processo educacional é consolidada via interações sociais. Frente a isso, levantamos o seguinte questionamento: como um aluno surdo vai interagir socialmente se a escola na qual está matriculado

não oferta o ensino de Libras, ou seja, quando a linguagem primordial e única que se emprega é a de seus colegas ouvintes? Traduzindo, esta escola precisa rever seu processo, pois está formando dois tipos de alunos, um com mais possibilidades de alcançar um futuro promissor (alunos ouvintes) e outro com mais possibilidades de ter um futuro comprometido (alunos surdos). Esse tipo de instituição de ensino disfarça-se de inclusivo, quando, na verdade, está promovendo a exclusão. A educação de surdos através do Bilinguismo é garantida pela Lei Nº 10.346/2002 e regulamentada pelo decreto Nº 5.626/2005, que, no Capítulo IV, Artigo 14, § 1º, prevê a necessidade de “ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos” e ainda “prover as escolas com professor para o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas” (BRASIL, 2005).

Ainda em se tratando desta especificidade no processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva, deparamo-nos com muitos alunos vivendo isolados nas salas de aula, principalmente quando se trata dos que possuem deficiência. Alguns ditos “normais” evitam aproximar-se do colega diagnosticado com uma deficiência. Acontece também de o aluno com deficiência se isolar nos cantos da sala e não querer aproximação com nenhum outro colega de classe, atitude que resulta no comprometimento da aprendizagem e do próprio desenvolvimento do aluno. Como bem enfatiza Ramsey: “nem surdos, nem ouvintes podem se desenvolver isolados de outros, nem podem eles desenvolver-se de forma neutra” (RAMSEY, 1997).

Infelizmente, muitas escolas ainda se encontram distantes no que diz respeito ao processo de inclusão de alunos surdos. Existem escolas que abriram as portas para que os pais ou responsáveis executassem as matrículas desses alunos na classe regular de ensino; por outro lado, não se organizaram para o atendimento aos educandos com deficiência. Em decorrência dessa falta de organização, não se preza por um ensino de qualidade voltado para eles. Não se abre espaço para a própria linguagem do aluno, priorizando-se somente o ensino da língua portuguesa na sala, e construindo, assim, uma barreira na interação entre os colegas de classe e até mesmo com a figura do professor. Tais fatores têm resultado na segregação do aluno surdo, levando-o, muitas vezes, a deixar a escola e desistir da



caminhada. Diante disso, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no Artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

### **2.3 Discutindo a inclusão na rede municipal de ensino**

Muitas escolas veem o processo de inclusão como derivado da garantia de matrícula ao aluno com deficiência; outras, fazem de tudo para não receber alunos desta natureza e quando os recebem, não lhes oferece a mínima assistência. É certo que há também escolas que são referências nesse aspecto. A Lei nº 7.853 de 24, de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, bem como sobre a Coordenação Nacional para Integração das Pessoas com Deficiências, é clara quando diz, em seu Artigo 8º, que:

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta (Lei 7.853, 24 de outubro de 1989).

É bom lembrar que a garantia da matrícula é só o primeiro passo; por si só, não inclui. Como muitas escolas têm parado no tempo, estacionando nesse primeiro passo, estão com alunos segregados, excluídos dentro da própria sala de aula. Essa realidade não tem sido diferente da maioria das escolas municipais da cidade do sudoeste baiano em que a pesquisa foi executada.

Em se tratando desta realidade na rede municipal de ensino, as escolas precisam se organizar, repensar o processo e atender às reais necessidades

dos alunos. É inadmissível que um aluno surdo esteja em plena sala de aula juntamente com os colegas ouvintes e não receba uma educação de qualidade como os demais recebem, não podendo, portanto, interagir na sua própria língua como os demais interagem na sua, dentre outros aspectos que poderiam ser mencionados. Com respeito a isso, Dorziat considera que:

a inclusão social de pessoas surdas, objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas considerando três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda (DORZIAT, 2004, p. 1-7).

Em se tratando do processo educacional do aluno surdo na rede municipal de ensino, constata-se que o aluno está presente na sala do ensino regular; porém, precisando de um professor que atenda às suas reais necessidades e que fale a sua língua. Em pleno século XXI, em muitas dessas escolas, os docentes que fazem parte do quadro de profissionais do magistério estão a serviço simplesmente dos alunos considerados "normais", ou seja, "perfeitos", sob certo ponto de vista. São "bons" educadores para os "bons" alunos, mas para aqueles que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, certas limitações para aprender o que é trabalhado em sala de aula, não conseguem fazer muita coisa, a não ser, excluí-los do processo. Não dão, assim, a atenção devida e nem o suporte de que precisam para se desenvolver e superar suas limitações. Diante dessa perspectiva, os autores ressaltam que:

(...) o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor da classe comum, pois este deve ser qualificado para responder às necessidades diferenciadas de seus alunos, para propor situações de ensino-aprendizagem satisfatória para todos. (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 3).

É válido ressaltar que grande parte dos professores da rede municipal não está preparada para lidar com alunos surdos, uma vez que não tem formação específica na área de inclusão e é leiga no que tange à linguagem do aluno; a saber, Libras. Sendo assim, há uma barreira que impede o bom desenvolvimento do aluno com surdez, fazendo com que esteja excluído dentro da própria sala. A legislação educacional, por meio da Lei nº 10.098, de 2000, prevê que o Poder Público deve tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais.

O processo de inclusão do aluno surdo nas escolas da rede municipal de ensino não está acontecendo, portanto, como deveria acontecer. O aluno com essa deficiência tem chegado à escola e não tem visto seus direitos saírem do papel, para que possa usufruir de uma educação de qualidade, contando, assim, com o Atendimento Educacional Especializado, indispensável para o seu bom desenvolvimento e superação de suas limitações. A educação do aluno surdo está comprometida em decorrência do mau acompanhamento a ele dispensado. Como afirmam Souza e Góes: “o processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngues do surdo” (SOUZA & GÓES, 1999, p. 163-188). Diante dessa e de outras situações, é preciso que a escola venha urgentemente a se adequar ao aluno, respeitando, assim, a sua singularidade.

#### **2.4 O processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva na rede municipal de ensino: um estudo de caso**

No curso de licenciatura em nível de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, os alunos foram orientados a realizar uma atividade de observação de um estudante surdo no contexto escolar. Mediante tal observação realizada em sala de aula, ficou perceptível o quanto o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva está aquém do esperado. Ele não conta com um atendimento especializado; seus professores são leigos no que se refere à sua linguagem de comunicação

e a escola em si não atende às suas reais necessidades. A rede de ensino na qual está matriculado, portanto, não lhe oferece um ensino qualificado, subsídio indispensável para o seu desenvolvimento. Partindo desse pressuposto, Aranha diz que: “escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (ARANHA, 2004, p. 7).

Vale ressaltar que, na rede municipal de ensino da cidade escolhida como local da pesquisa há várias pessoas surdas; no entanto, na instituição de ensino em que o estudo foi realizado, até o momento consta apenas um aluno com deficiência auditiva matriculado no ensino regular, que está cursando o 8º ano do Ensino Fundamental II. Não se sabe o real motivo pelo qual os demais se encontram fora da sala de aula, ou seja, evadiram da escola. Talvez, quem sabe, pela falta de uma educação que atenda às suas reais necessidades, de profissionais qualificados, de recursos e de apoio dos órgãos competentes; enfim, pela carência de uma escola inclusiva, adequada a todos os alunos, com e “sem” deficiência. Como argumentam Bortoleto; Rodrigues e Palamin, “a inclusão do surdo na escola deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com igualdade de oportunidades, bem como, ensino de qualidade” (BORTOLETO, RODRIGUES & PALAMIN, 2002/2003, p. 45-50).

É imprescindível notar que a escola deve trilhar pelo caminho do planejamento. Dessa forma, poderá implementar gradativamente mudanças que possibilitem ao aluno com deficiência um terreno fértil para aprender. Uma das ações a serem implementadas é o Plano Municipal de Educação, que pode estabelecer quais as prioridades e necessidades reais do município e das escolas. Nesta perspectiva, Aranha ressalta que:

O Plano Municipal de Educação, portanto, deve ser um instrumento construído coletivamente, a partir da ampla consulta à população em geral, e à comunidade acadêmica, em particular. Deve ser avaliado continuamente, reajustado e divulgado, à medida que avanços ocorram no alcance das leis (ARANHA, 2004, pp. 37-60).

Vale ressaltar que, nesta rede municipal de ensino, apesar das dificuldades para promover a inclusão dos alunos, já consta o Plano Municipal de Educação, aprovado e sancionado pelo gestor municipal no ano em curso. Neste plano, encontram-se algumas estratégias direcionadas ao processo de inclusão dos alunos com surdez; por exemplo:

Buscar apoio da União e do Estado para a ampliação das equipes de profissionais da educação do município que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues (PME-MALHADA, 2015).

A partir desta sinalização, espera-se que a forma com que o aluno com surdez tem sido tratado seja repensada, e ele possa vir a ser assistido mediante suas dificuldades.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral:**

Conhecer como se dá o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva em uma escola da rede municipal de ensino.

#### **3.2 Objetivos específicos:**

- Elaborar uma análise reflexiva acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas da rede municipal de ensino, a partir da investigação sobre como é promovida a inclusão em uma escola dessa rede;
- Diagnosticar via pesquisa o processo de inclusão do aluno em uma escola da rede municipal, fazendo um paralelo com o que regem as leis que defendem a inclusão, detectando, assim, o perfil da instituição de ensino.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

É sabido que a pesquisa nos leva a novas descobertas, ao desconhecido; contudo, é importante que se saiba que a pesquisa científica difere-se de uma simples pesquisa de rotina, seja ela desenvolvida no âmbito escolar ou em qualquer outra esfera da sociedade. Quando se fala em pesquisa de rotina, referimo-nos a algo mecânico, sem planejamento e sem interesse em um aprofundamento no assunto de forma progressiva. Já a pesquisa científica, de acordo com Ruiz: “É a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência” (RUIZ, 1991, p. 48).

É imprescindível notar que a metodologia consiste em um instrumento muito valioso na elaboração de um trabalho de pesquisa. Para chegarmos a um determinado lugar, precisamos percorrer caminhos; na mesma direção, para realizarmos uma pesquisa, necessitamos ir a campo e a metodologia é a via, e por que não dizer, o mapa que facilita o acesso ao objeto de estudo. Através da metodologia, estabelecem-se os instrumentos e técnicas a serem utilizadas no decorrer da pesquisa. Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 83):

Instrumentos, então, passam a ser todos os procedimentos encaminhados a estimular a expressão do sujeito estudado e são simplesmente indutores de informação. Eles são uma ferramenta interativa e suscetível a uma multiplicidade de usos dentro do processo investigativo que não se limita às suas primeiras expressões do sujeito frente a ele.

Partindo desse pressuposto, Demo afirma que: “antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades” (DEMO, 1989, p. 23).

Assim como não há morte sem vida, sem a metodologia não há pesquisa, pois é a partir dos métodos que se obtém os dados acerca da

realidade que escolhemos pesquisar. A esse respeito, Lakatos e Marconi afirmam que: “a metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange o maior número de itens, sendo necessário responder às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto?” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 221).

## **4.2 Contexto da Pesquisa**

Em se tratando da pesquisa propriamente dita, é válido mencionar que a mesma foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de uma cidade do interior da Bahia, que atende a alunos do 6º ao 9º ano. Possui salas arejadas e equipadas com ar condicionado, biblioteca, sala de professores, cantina, um grande auditório para realização de eventos, dentre outros equipamentos. Conta com um total de mais ou menos dezessete professores e um contingente de cerca de duzentos e oitenta alunos; dentre eles, um aluno diagnosticado com deficiência auditiva. Vale lembrar que esta escola não conta com salas de recursos e nem com o Atendimento Educacional Especializado direcionado ao aluno com a deficiência acima mencionada. Além disso, de todos os professores que compõem o quadro, há apenas um professor se especializando na área de inclusão. Nenhum deles possui formação em Libras, considerada por lei como a língua oficial dos surdos.

## **4.3 Participantes**

A pesquisa contou com a participação de alguns alunos do 8º ano C, que residem na zona rural e urbana. Dentre eles, o aluno com deficiência auditiva, aluno este que é órfão de pai e mãe e ultimamente mora sozinho em uma casa localizada ao lado de onde vivem seus avós, em uma Comunidade Quilombola. Os alunos participantes são oriundos de famílias carentes. Um desses alunos, que é o amigo mais próximo do aluno surdo, é o seu mediador em sala de aula, assim como em outros lugares.

O diretor, a coordenadora, os professores de Matemática, Português, Redação, Geografia, História, Educação Física e Artes também participaram



deste estudo, contribuindo assim com inúmeras informações pertinentes ao processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva.

#### **4.4 Materiais**

Como é de conhecimento de todos, qualquer trabalho demanda recursos para ser executado. Na concretização dessa monografia, foram utilizados alguns recursos tanto humanos quanto materiais. Os humanos, a exemplo dos professores, diretor escolar, coordenadora, alunos e pais, foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa, uma vez que se constituíram como fontes para a obtenção das informações acerca do processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva. Os recursos tecnológicos (computador, máquina fotográfica, impressora, celular etc.) foram utilizados para registro dessas informações e comprovações das ações executadas, a exemplo de visita à escola e de observações feitas em sala de aula. Os livros didáticos, a biblioteca, o Plano Municipal de Educação, o PPP, o Currículo Escolar e a Internet foram fontes de consultas para o enriquecimento da pesquisa, dentre outros recursos que se fizerem necessários.

#### **4.5 Instrumentos de Construção de Dados**

Como dito anteriormente, os instrumentos de pesquisa são imprescindíveis para o processo de investigação, auxiliando na busca das informações. Os dados foram levantados via alguns instrumentos; a saber, entrevista semiestruturada, realizada com o diretor, coordenador pedagógico, professores, o próprio aluno surdo e alguns de seus colegas.

Para a obtenção de informações vindas diretamente do aluno com surdez, foi elaborado um questionário de múltipla escolha, uma vez que, devido às suas limitações, consegue compreender e responder com mais facilidade a este instrumento, sentindo-se mais à vontade, e não apresentando, assim, certos sinais de nervosismo. Obtivemos essas informações via alguns professores, durante observação realizada como parte de atividades do curso

de licenciatura em nível de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Este, portanto, constitui um dos métodos utilizados nas avaliações de cada unidade, facilitando a comunicação entre professor e aluno, tendo em vista a falta de domínio da Libras e da presença de um intérprete em sala de aula.

Observação, questionário e entrevista foram alguns instrumentos utilizados para a obtenção das inúmeras informações coletadas e utilizadas na elaboração desse trabalho de monografia. O primeiro é definido por Marconi e Lakatos como:

uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 190).

No que diz respeito ao questionário, ele é definido por Marconi e Lakatos como: “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 201). E o terceiro, a entrevista, é conceituada por Gil como: “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 1999, p. 117). Pode-se dizer que os instrumentos listados acima apresentam uma semelhança entre si; a saber, a coleta de dados, suporte de grande utilidade para a concretização dos objetivos.

Também foram feitas observações e realizadas conversas informais com os participantes da pesquisa.

Esta pesquisa foi enriquecida pelas inúmeras contribuições de autores, a exemplo de SACKS (1998), Bueno (1998), Mantoam (1997, 2003), Gil (1999, 2002), Marconi e Lakatos (2003), Aranha (2004), Demo (1989), Dámazio (2007), documentos como: Declaração de Salamanca (1994) Legislação

Brasileira, LBD (1996), Decreto nº. 5626/2005, Decreto Presidencial nº. 5626, de 2005, dentre outros.

#### **4.6 Procedimentos de Construção de Dados**

É válido salientar que o próprio tema escolhido para a pesquisa se tornou um dos critérios para a escolha da instituição de ensino, tendo em vista que é a única escola do município que possui um aluno surdo ali matriculado. Elegeu-se, da mesma forma, a turma 8º ano C, pois é nela que o aluno estuda. Os demais alunos foram escolhidos para participarem do estudo pelo fato de serem seus colegas; os professores, por serem responsáveis por seu ensino; a direção, por ser a responsável direta pela escola, ou seja, quem responde pela administração, estabelece normas para o bom funcionamento da escola. Por fim, a coordenadora pedagógica, por ser aquela que auxilia o professor a fazer as articulações curriculares, inclusive dando suporte aos professores e acompanhando de perto o processo educacional do aluno.

O entrevistando/pesquisador elaborou diversas perguntas voltadas para o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva. A entrevista foi agendada com cada participante. Algumas foram gravadas via áudio, outras por intermédio de questionários que foram distribuídos entre alguns participantes para que pudessem respondê-los por escrito e posteriormente devolvê-los ao pesquisador, conforme prazo acordado.

#### **4.7 Procedimentos de Análise de Dados**

Vale ressaltar que todas as informações passaram pelo crivo da leitura, releitura e os resultados foram analisados, digitalizados e transformados em textos. O material coletado foi organizado seguindo a ordem das perguntas, levando em conta a análise de todas as respostas geradas a partir dos questionamentos, confrontando-as a todo o momento para averiguar a veracidade das informações.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Entrevista com a gestão e coordenação escolar

Adentrando o campo da pesquisa, foi possível ter uma noção de como se encontra o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva em uma escola da rede municipal de ensino. A primeira pessoa com quem tive contato foi o diretor da instituição de ensino. Além de responder por escrito o questionário proposto, ele concedeu uma entrevista. Em resposta à primeira pergunta, que tratou da quantidade de alunos com deficiência auditiva matriculados na escola, ele respondeu dizendo: “Temos somente um aluno oriundo de uma comunidade quilombola “

Em se tratando de matrícula, é sabido que a Lei LDB 9394/96 assegura a todos os alunos com deficiência o direito primordial de serem matriculados na rede regular de ensino e a sua permanência no ambiente escolar. Sendo assim, ao ser questionado sobre o que a escola tem feito ou vem fazendo para promover o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva, o diretor ressaltou:

garantir o desempenho de aprendizado ou o que fazer com esse aluno tem se constituído como um grande problema. As leis garantem aquilo que se constitui como direito dos alunos, mas dessa forma joga-se toda a responsabilidade nos pais e nas escolas, tornando-se uma frustração constante para os docentes.

De acordo com, o diretor, tudo isso se deve ao fato de nenhum profissional que trabalha na escola ter uma qualificação para transmitir conhecimento para esse aluno.

Segundo Hines (2008), a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola sob uma perspectiva inclusiva. Constatou-se inexistir na escola algum projeto que esteja em andamento ou em execução voltado para a promoção do processo de inclusão do aluno surdo. Questionado sobre quais projetos têm sido pensados pela gestão escolar com o intuito de ajudar no desenvolvimento deste aluno, a fim de superar os desafios em decorrência de suas limitações, o gestor disse que a escola, em algum momento, pensou em fazer algo:

Pensamos em trazer um colega da igreja local para ensinar um pouquinho de Libras, mas não deu certo, pois o mesmo foi embora da cidade. Pensamos em trazer um ex-aluno da escola com surdez, estudou aqui e conseguiu se sobressair muito bem, mas este também foi embora da cidade.

Diante de toda esta tentativa sem sucesso, atualmente o diretor tem recorrido a um dos colegas do aluno surdo para transmitir ou interpretar o que o aluno tem a dizer em determinados momentos.

A educação é um desafio, principalmente quando se trata do processo de inclusão, por exemplo, de alunos com deficiência auditiva. Em resposta a uma pergunta desta natureza, a gestão escolar disse: “o maior desafio consiste em transmitir algo para esse aluno, uma vez que a escola no momento, não está preparada para isso”. Ele também não esconde que a situação é de se preocupar, pois, a seu entender, o governo ou as gestões não têm tido a mínima preocupação com esse percentual de aluno. Tanto é que, segundo ele, no momento atual a escola conta somente com o apoio dos próprios colegas e professores, o que dá a entender que os órgãos competentes têm “virado as costas” para a referida instituição neste sentido. De acordo com a Declaração de Salamanca: “Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva” (UNESCO, 1994).

A biblioteca é um campo de pesquisa para o alunado. Neste espaço, encontram solução para muitas dúvidas, executam diversos trabalhos e se divertem através da leitura das inúmeras obras literárias. Percebe-se a exclusão do aluno surdo deste espaço. Constatou-se que os materiais ali expostos não atendem às reais necessidades do aluno surdo, o que pode ser comprovado na fala do diretor quando diz em outras palavras: “de forma nenhuma a mesma atende às reais necessidades do aluno com deficiência auditiva. Isso porque os livros ali existentes são livros voltados para alunos regulares, ou seja, sem deficiência auditiva”.

A escola está distante no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 10.346/2002, que regulamenta a obrigatoriedade da oferta do ensino de Libras e o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas. A gestão escolar deixou claro que não conta com profissionais habilitados na área de inclusão. Em outras palavras, não há professores lotados na instituição

com formação em Libras, o que, na visão do diretor, tem sido “complicado”. “Entendo que a escola deveria ter um tradutor de Libras ou um intérprete, um professor que ensinasse Libras a esse aluno e também todo apoio pedagógico de materiais indispensáveis em seu aprendizado”, ressalta o diretor. Percebe-se, portanto, uma defasagem em seu processo de escolarização, uma vez que sua comunicação neste espaço tem sido comprometida. De acordo com Sacks "(...) um ser humano não é desprovido de mente ou mentalmente deficiente sem uma língua, porém está gravemente restrito no alcance de seus pensamentos, confinado, de fato, a um mundo imediato, pequeno" (SACKS 1998, p. 52).

Vale ressaltar que se constitui como direito do aluno ter Atendimento Educacional Especializado, para que as barreiras e dificuldades de aprendizagem sejam dirimidas. No entanto, segundo a direção, esse atendimento ainda não está ao alcance da escola. Ou seja, ainda não é uma realidade vivenciada na instituição, o que significa dizer que o aluno surdo está desprovido de um acompanhamento que lhe é devido, contando apenas com as aulas ministradas pelos professores na turma do 8º ano C. Percebeu-se, durante a pesquisa, que a referida instituição de ensino não tem recebido recursos destinados ao oferecimento de um Atendimento Educacional Especializado. Além disso, não tem recebido assistência dos órgãos competentes, a exemplo da Secretária de Saúde e Assistência Social, parcerias de fundamental importância para o processo de inclusão. Nesse sentido, entende-se que a escola precisa se organizar para promover a inclusão do aluno com deficiência auditiva, o que não vem acontecendo. De acordo com a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu Artigo 2º:

sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (RESOLUÇÃO nº 2, 2001, Art. 2º).

Vale ressaltar que, em todo início de ano letivo, há encontros pedagógicos com os professores da rede municipal de ensino, momento em que eles são preparados para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. No entanto, não tem sido vistos na cidade encontros pedagógicos direcionados

especificamente ao atendimento dos alunos com deficiência. Ao ser questionado a este respeito, o diretor reconhece a necessidade de uma formação continuada dos professores. Porém, segundo ele, a escola não tem promovido nenhuma formação desta natureza com seus docentes.

Sabe-se que o Currículo Escolar e o PPP da escola são instrumentos que norteiam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Moreira e Candau entendem que: “o currículo é o coração da escola, espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração” (MOREIRA & CANDAU, 2008, apud EYNG, 2010, p. 55). Em se tratando desse assunto, houve uma controvérsia entre o diretor e a coordenadora. O primeiro, ao ser questionado se ambos os documentos contemplavam as reais necessidades do aluno, ou seja, se haveria ações ou estratégias ali descritas e direcionadas para o processo de ensino-aprendizagem desse aluno, ressaltou que não constam ações voltadas ao aluno surdo nesses documentos. Em outras palavras, tais documentos não atenderiam às reais necessidades do aluno surdo. Em referência a esta questão, o diretor citou o seguinte: “não constam ações e mesmo que se constatassem tais ações, não passariam do papel”. Este referido trecho da fala do diretor leva-nos a entender que a escola atual não conseguiria desenvolver ações ou estratégias contidas nesses eixos norteadores.

Já a coordenadora entende que esse documento contempla as reais necessidades do aluno, mas não esconde que a questão de inseri-lo no processo de ensino-aprendizagem, de modo que venha a se sentir bem no espaço e aprender, é algo pelo qual a escola ainda está lutando. Nesta perspectiva, ela justifica dizendo:

Tem sido um pouco difícil pelo fato dos professores não terem a sua formação para lidar com esse público, mas na medida do possível a gente tem feito o que pode. Assim que tivermos uma oportunidade, a gente vai colocar esse aluno em seu devido lugar (coordenadora).

Pode-se dizer que o currículo favorece a escolarização do aluno, visando ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das demais necessidades apresentadas e detectadas no aluno. É importante, nesse

sentido, que a escola não perca de vista as características que esse documento possui; a saber, flexibilidade e dinamicidade.

Há quem diga que o aluno com deficiência é um “retardado” e não aprende nada. Muitos, inclusive, o tem como um “coitadinho da vida”. Ressalta-se, no entanto, que esse sujeito carrega consigo a capacidade de aprender e pode se desenvolver na vida como qualquer um. De acordo com Mcclearly,

quando o surdo diz, “Eu tenho orgulho de ser surdo”, ele choca e confunde o ouvinte. O ouvinte não gosta de ouvir isso, porque começa a colocar em questão a certeza que o ouvinte tem sobre o mundo. Ele não pode mais achar que o surdo é um “coitado”, porque um coitado não tem orgulho de si mesmo. O ouvinte fica com medo. O mundo do ouvinte começa a ficar menos seguro, mais complexo. O ouvinte não tem explicação para o orgulho de o surdo ser surdo. Como é possível uma pessoa ter orgulho de ser surdo? Para o ouvinte, é um absurdo. É um paradoxo. (MCCLEARY apud STROBEL, 2008, p. 82).

Ao perguntar ao diretor e à coordenadora se o aluno com deficiência auditiva tem conseguido se desenvolver mediante o ensino a ele ofertado na instituição, ele ressaltou que o aluno não é o mesmo de quando entrou na escola, no 6º ano: “Ele não está estagnado, mesmo com suas limitações, teve seu avanço”. Segundo a coordenadora, esse aluno tem se desenvolvido sim:

Ele consegue aprender do modo dele. Assim também como o professor. Ele busca, através do dia a dia, uma forma de passar para esse aluno o conhecimento, as informações. A gente vê esse aluno progredir dentro de suas possibilidades, do seu jeito. Embora volte a dizer que não temos uma política para esse aluno. Ainda não tem projetos, uma formação específica para lidar com esse público (coordenadora).

No que diz respeito à promoção do aluno para a série seguinte, a escola não tem valorizado apenas a nota, mas a qualidade do aluno como um todo. Prova disso é que, segundo o diretor, a avaliação é feita de forma qualitativa e quantitativa, ou seja, além da avaliação escrita, constitui também como instrumento avaliativo, a identidade do aluno, a linguagem oral e escrita, a sua autonomia, o raciocínio lógico, assiduidade e compromisso com as atividades.

Como se pode observar mediante respostas da gestão escolar, o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva no contexto



educacional da escola pesquisada é defasado. Nesse sentido, a escola precisa rever o processo e buscar alternativas para promover a inclusão do aluno. De acordo com o parecer da coordenadora, para promover um ensino eficaz é imprescindível que se tenha um material adequado, apropriado para esse aluno com deficiência auditiva, o que não tem ocorrido na instituição por falta de meios para se trabalhar com ele. Por exemplo, uma adequada formação de professores. Na visão dela, o professor tem que ter uma formação para saber lidar com esse público. Para melhorar neste aspecto, portanto, a escola precisaria garantir uma educação para todos. Segundo Romanowski, “Educação para todos exige a garantia de educação e acesso à escola a todas as crianças e jovens, tornando a escola um espaço democrático, melhorando os níveis de escolarização da população como um todo” (2007, p. 118).

Sabe-se que não existe uma fórmula pronta para que esse aluno aprenda. E quando questionados se o discente tem conseguido se desenvolver mediante o ensino a ele ofertado na instituição, ambos (diretor e coordenadora) acreditam que tem ocorrido certo desenvolvimento.

Nos tempos de outrora, as escolas fechavam as portas para o aluno com deficiência. Havia quem dissesse que a pessoa surda não era digna “da salvação” em decorrência do impedimento para ouvir. No século XXI, as escolas abriram as portas para o aluno com deficiência; no entanto, há aquelas que priorizam apenas as necessidades dos alunos ditos “normais”. A escola pesquisada, segundo algumas informações que coletamos na comunidade a que pertence a escola, é vista como uma das melhores da cidade, acredito que tomando como base o tipo de educação ofertado aos alunos “sem deficiência”. Quem visita a escola, com o olhar voltado para essa questão, constata que ela não oferece condições para que o processo de inclusão do aluno surdo seja significativo, proveitoso; enfim, um marco diferencial na vida do aluno. Ressalta-se, no entanto, o desejo de mudança na fala da coordenadora:

A escola está de portas abertas para este aluno, para qualquer aluno que tenha uma deficiência, não só auditiva. Nós queremos incluir esse aluno no nosso espaço para que ele tenha uma convivência com os demais, mas acima de tudo, nós queremos algo mais concreto para lidar com esse aluno. A gente quer conquistar um espaço melhor, uma sala apropriada,

com materiais específicos voltados a esse aluno, o que tem sido um desafio para nós ainda. Com certeza, no decorrer do tempo, assim que surgir uma oportunidade nós estaremos colocando esse aluno onde lhe é devido.

Durante toda a fala da coordenadora e do diretor da escola, foi possível identificar as dificuldades que a escola tem enfrentado mediante o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva. Por outro lado, percebe-se certa preocupação por parte da direção e da coordenação com essa realidade vivenciada na escola:

Preocupamo-nos não só em mostrar a realidade vivenciada por este aluno, mas buscar novos caminhos para esse alunado, mostrar a nossa preocupação para tentar inserir esse aluno, não só aceitá-lo na escola, deixa-lo à parte, mas inseri-lo no contexto e fazer com que a aprendizagem aconteça efetivamente (coordenadora).

## **5.2 Resultados e discussão da entrevista com os colegas do aluno surdo**

A turma do 8º ano C conta com um total de dezenove alunos. Destes, apenas quatro participaram diretamente desta pesquisa. Perguntados sobre a comunicação que mantinham com o aluno surdo, o aluno I disse utilizar a técnica de tocar levemente nele e fazer alguns sinais com o dedo para se comunicar. Já o aluno II, que conhece um pouco de Libras, faz uso dos sinais com as mãos, utiliza os gestos etc. O aluno III diz não conseguir se comunicar com ele, não compreendendo sua linguagem nem discernindo seus gestos. O aluno IV é novato na turma, mas trouxe consigo uma experiência com um colega surdo, que estudava com ele em outra escola. Dessa forma, consegue se comunicar um pouco através da linguagem de sinais.

Discutindo sobre como é o relacionamento entre o aluno com deficiência e os colegas da turma, percebeu-se que ela é boa, amigável.

Devido às suas limitações, é provável que o aluno com deficiência sinta algumas dificuldades para executar as atividades trabalhadas em sala de aula. Mesmo que em meio a dificuldades, ele não deixa as atividades em aula sem resposta. Segundo relato dos colegas, ele solicita ajuda, principalmente na hora das avaliações escritas. A exceção é o aluno III, que ressalta que, até o momento, não foi solicitado para ajudar na execução das atividades. Mediante essa atitude do aluno, surgiu o seguinte questionamento: Como ele faz para se

comunicar com os colegas, pedindo-lhes ajuda? O aluno II ressaltou que, quando lhes solicita ajuda, mostra o número correspondente à questão e gesticula indicando qual a letra da referida questão à qual não está conseguindo responder. Como o aluno II teve a oportunidade de estudar um pouco de Libras juntamente com ele na 4ª série do Ensino Fundamental I, consegue entendê-lo e atender aos seus anseios.

Vivemos em pleno século XXI e o preconceito ainda impera em nossos dias. Em se tratando desse assunto, o aluno surdo, como bem dissera o aluno I, é considerado como “doido” por alguns colegas da turma. O aluno I chegou a dizer que alguns riem dele, mas justificou que não é com zombaria, mas em decorrência das coisas engraçadas que ele faz na sala de aula. O aluno II respondeu que ele é bem tratado pelos colegas, faz resenhas e brinca com todos. Os alunos III e IV, ao contrário do aluno II, disseram que uns o tratam bem e outros tratam, mal. Mediante a fala dos três alunos, constata-se, portanto, que o aluno é alvo de preconceito por parte de colegas da turma.

Da turma, apenas quatro alunos da mesma comunidade do aluno surdo estudam juntamente com ele. Dois participantes da pesquisa salientaram que a convivência dele na comunidade é muito boa. Segundo eles, todos gostam dele. Em outras palavras, percebe-se que ele é incluído na comunidade em que está inserido.

Como já dito anteriormente, o aluno não conta com professores que tenham domínio de Libras, linguagem oficial do aluno surdo. No entanto, ele conta com o auxílio de um colega da turma, morador da mesma comunidade. Segundo os alunos participantes da pesquisa, esse colega tem uma afinidade maior com ele, alguém com quem compartilha suas necessidades e solicita ajuda quando necessário. Lembrando que esse colega auxiliador ou mediador é o aluno II, amigo de infância do aluno surdo, desde a educação infantil e atualmente no ensino fundamental II, “companheiro de todas as horas”. Partindo deste pressuposto, esse dito aluno contribuiu dizendo que, “desde a infância, crescemos brincando um com o outro. No começo, eu não entendia o que ele falava, mas eu fui perguntando [para] ele até consegui entender. Hoje eu consigo capturar o que ele fala”.

Ao ser perguntado se os professores tratam o aluno de forma diferenciada em relação aos demais, o aluno I respondeu que sim, dizendo, inclusive, que os professores o ajudam demais. Mas demonstrou compreender essa atitude dos professores. Por outro lado, os demais alunos participantes da entrevista não seguiram a mesma linha de pensamento do aluno I, ressaltando que todos são tratados do mesmo jeito em sala de aula pelos docentes.

Chamaram atenção do pesquisador os métodos que o aluno usa para se comunicar com os colegas. Ele faz sinais usando a mão, gesticula mostrando que não está entendendo nada. O dedo polegar para baixo indica que ele não está conseguindo resolver as atividades propostas no determinado momento, o dedo tocando do lado da cabeça indica que ele consegue fazer sem a intervenção dos colegas. Quando ele chama os colegas através de gestos e eles não o percebem, joga papel, borracha, lápis, entre outros objetos, para chamar a atenção deles. Observa-se que até os objetos escolares constituem instrumentos de comunicação do aluno em estudo.

A entrevista foi encerrada com a seguinte pergunta: o que você, como colega desse aluno, deixaria como sugestão para que a escola pudesse fazer de diferente no sentido de favorecer a aprendizagem dele? O aluno I disse que dar uma melhorada na sala, colocando portas novas e “coisas boas pra ele”. Como exemplo disse: “dar-lhe mais atenção”. O aluno II falou em contratar um professor de Libras. E o aluno IV, que a turma tivesse uma pessoa que se comunica em linguagem de sinais ou gestos.

### **5.3 Resultados e discussão do questionário direcionado ao aluno surdo**

Em virtude das limitações do aluno e por se tratar de um instrumento que ele está acostumado a executar em sala de aula, uma vez que se constitui como um dos métodos utilizados por seus professores na elaboração das avaliações a serem aplicadas a ele, dentre outros fatores, optei por elaborar um questionário de múltipla escolha para que o aluno o respondesse dentro de suas possibilidades.

Em resposta à primeira pergunta que diz respeito ao ambiente escolar, o

aluno afirmou que a escola é um local que gosta de frequentar, pois se sente acolhido pela comunidade escolar. Isso ficou perceptível ao escolher a opção “sim” para dizer que a escola é agradável e que é bem tratado pelos colegas, professores, direção e coordenação.

Quando questionado se tem aprendido alguma coisa nesta escola, ele afirmou que sim, informação que vai ao encontro da fala dos professores que testemunham esse avanço, como poderá ser visto mais adiante neste trabalho.

Em se tratando da comunicação entre as pessoas que convivem com ele na unidade escolar, não escondeu que, às vezes, esta dificuldade existe e também afirmou que não entende o que seus professores explicam em sala de aula. Acredito que isso foi colocado, mas não de forma generalizada, pois o aluno consegue compreender algumas falas mediante explicações dos professores. E estes deixam claro que procuram aproximar-se dele, auxiliando-o no processo de ensino-aprendizagem.

É sabido que muitos alunos, na atualidade, estão na escola, mas não são amantes da instituição de ensino. Quando questionado se gostava de estudar, o aluno escolheu a opção não, afirmando que não gosta muito de estudar. Mas segundo informações dos colegas que residem na própria comunidade, ele não gosta de perder aula e nem é obrigado por ninguém a ir para a escola. Ele mora sozinho, seus pais são falecidos, e está sob a responsabilidade do padrinho. Esta resposta contradiz o que os professores, colegas, direção e coordenação escolar pensam a respeito desse aluno. Todos disseram, durante a realização da pesquisa, que ele gosta de estudar, de estar ali na escola e a sua assiduidade, permanência na sala de aula e preocupação em responder às atividades seriam provas disso.

Como é de nosso conhecimento, o aluno surdo tem a sua língua oficial a ser utilizada na comunicação entre as pessoas, a Libras. Respondendo a uma pergunta sobre o assunto, ele ressaltou já ter estudado Libras. Segundo informações constatadas pelo pesquisador deste estudo em uma entrevista realizada anteriormente, como requisito avaliativo de um dos módulos do curso em conclusão, isso ocorreu na sua própria comunidade. Na época, o professor do Ensino Fundamental I, também participante da entrevista e professor responsável pelo processo de alfabetização desse aluno, participou de um curso de Libras, levando isso ao conhecimento dos alunos, para que a

comunicação entre ambas as partes fosse facilitada.

Ficou constatado que, mesmos os professores e alguns colegas não discernindo bem a linguagem do aluno, eles têm lhe ajudado nos momentos em que mais precisa. O próprio aluno em foco confirmou isso mediante resposta dada a um questionamento sobre o assunto.

No que diz respeito à execução das atividades propostas em sala de aula, tomando como base a resposta do aluno, ele às vezes consegue responder a essas atividades sozinho, outras vezes, não. Nesses momentos, provavelmente tem solicitado ajuda dos colegas e professores, conforme já apontado anteriormente.

#### **5.4 Resultados e discussão dos questionários direcionados aos professores do aluno surdo**

Como se sabe, a figura do professor é imprescindível para o bom desenvolvimento e ensino-aprendizagem dos alunos. Sendo assim, esta pesquisa estaria incompleta sem a participação dos professores que trabalham no 8º ano C com o aluno surdo.

Para o professor de Geografia, inclusão é integrar o educando como sujeito que tem a potencialidade de aprender em seu ritmo, no processo pedagógico desenvolvido na escola e em atividades diversas. Para a professora de Redação e Educação Física, é acolher a todos, independentemente de cor, classe social, raça, condições físicas e psicológicas. Para a professora de Educação Ambiental, trata-se de uma mudança de atitudes, de concepções e compromisso do nosso papel transformador, considerando que a presença dessa criança em classe é proveitosa. Para a professora de Matemática, é o ato de incluir alguém no meio social e para a professora de Português, é atender a todos sem distinção, contribuindo assim para a formação do educando em todos os seus aspectos. Percebe-se que há uma consciência por parte dos professores acerca do significado do termo inclusão. Partindo desse pressuposto, Ferreira diz que:

a inclusão escolar é justamente garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, seguida do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais que valorize a diversidade como riqueza

humana e cultural (FERREIRA, 2005, p. 65).

O processo de inclusão não é uma tarefa fácil, pois não há fórmula pronta, ficando assim a cargo do professor usar a metodologia que melhor se adequar às reais necessidades do aluno. Com o pensamento voltado para este aspecto, foi perguntado aos professores como procuram incluir o aluno com deficiência auditiva em suas aulas. O professor de Geografia ressaltou tratar-se de um desafio, devido à falta de formação, o que limita a comunicação: “No meu caso procuro contar com a ajuda de um colega do surdo, que serve como interlocutor e procuro mostrar sensibilidade afetiva com o aluno”. A professora de Redação e Educação Física, por sua vez, procura elaborar e aplicar atividades que levem em conta a necessidade dele. A professora de Educação Ambiental disse que procura incluir o aluno mostrando a ele que é capaz de resolver qualquer atividade, não tratando-o como se fosse incapaz ou coitadinho. A professora de Matemática disse que procura desenvolver um mecanismo em que o aluno participa de todas as aulas ministradas. Senta-se perto dele para ajudá-lo a resolver as atividades. Em outras palavras, ela se aproxima do aluno, dando a ele uma atenção devida. Por outro lado, a professora de Português também ressaltou que procura incluir o aluno através da aproximação e uso de gestos. Observa-se que cada um procura, à sua maneira, promover a inclusão do aluno, já que falta suporte para trabalhar com ele na unidade escolar.

Em se tratando das atividades propostas em sala de aula, foi questionado aos professores se as mesmas são iguais para todos os alunos ou se é dada uma atividade diferenciada para o aluno com a deficiência especificada. O professor de Geografia e as professoras de Educação Ambiental, Português e Matemática disseram que a atividade é a mesma para todos os alunos. De acordo com o professor de Geografia, “O aluno desenvolve normalmente a atividade. Percebo que ele sempre vai verificando com alguns colegas se o que está fazendo está de acordo. Na correção, percebo que ele participa ativamente e responde às provas normalmente”. A professora de Educação Ambiental justifica-se dizendo que utiliza a mesma atividade pelo fato de entender que a capacidade do aluno é semelhante a dos outros colegas. A professora de Português dá a mesma atividade, mas o processo de

orientação e acompanhamento é diferenciado. A professora de Matemática, por sua vez, confessa que não encontrou ainda uma forma de trabalhar com ele de maneira diferenciada em relação aos demais e argumenta que, mesmo as atividades sendo iguais, o aluno consegue se sobressair, muitas vezes sem sua interferência e a dos colegas. Por outro lado, a professora de Redação respondeu que, na maioria das vezes, propõe uma atividade igual para todos os alunos, dando a entender que ora as atividades propostas são diferenciadas; ora não são. Sabe-se que o professor precisa inovar a cada dia a sua prática pedagógica, buscando alternativas para incluir a todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Partindo desse pressuposto, Couto destaca que: “Incluir um aluno com deficiência auditiva na sala de aula regular de ensino é oferecer a ele a mesma educação e as mesmas condições das outras crianças” (COUTO, 1980, s/p).

No que diz respeito ao desenvolvimento do aluno, foi feita a seguinte pergunta: Mediante acompanhamento desse aluno em sala de aula, o(a) professor(a) entende que o aluno está se desenvolvendo e por quê? Muitas foram as respostas: “Sim, por conta do convívio escolar e interesse dele próprio” (professora de Redação e Educação Física). “Sim. Na semana passada eu apliquei uma prova objetiva com dez questões de História e restringi cada aluno a fazê-la individualmente, sem ver a resposta do colega. Ele participou normalmente e acertou seis questões” (professor de Geografia e História). “Sim, porque ele tem muita vontade de aprender” (professora de Educação Ambiental). “Sim, porque ele consegue resolver praticamente todas as atividades propostas” (professora de Matemática). Por último, a professora de Português respondeu que, apesar das limitações e da falta de preparo adequado para trabalhar com o referido aluno, percebe-se que ele consegue ter um desenvolvimento razoável, mas não ideal. De acordo com o MEC “Observa-se que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem” (MEC, SEESP, 2003, p.17).

Em se tratando da relação do aluno com os demais colegas da classe e os professores, a professora de Redação e Educação Física disse que há uma relação de acolhimento e companheirismo por parte dos professores e dos



colegas. Já o professor de História e Geografia ressaltou que, por possuir uma deficiência, ele é um tanto inquieto e está sempre brincando com todos: “Quando solicito que coopere, ele o faz sem problemas”. A professora de Educação Ambiental, sem entrar em detalhes, classifica como muito bom o relacionamento do aluno com ela e com os demais colegas. A professora de Matemática, em concordância com alguns professores e também com os colegas do aluno, resalta que a relação entre ambos é boa e que os colegas gostam bastante dele, respeitando suas limitações. Acrescenta dizendo que o aluno é muito brincalhão. A professora de Português respondeu que depende bastante do emocional dele. Segundo ela, às vezes é tranquilo; em outros momentos, se isola ou fica inquieto.

A respeito do interesse do aluno em participar das atividades propostas em sala de aula e de como tem ou vem acontecendo sua participação, a professora de Redação e Educação Física disse que, às vezes, o aluno participa; outras vezes, não: “Quando chega mais calmo, dá para trabalhar, mas há dias em que o aluno se encontra muito agitado na sala de aula”. O professor de História e Geografia disse que o aluno participa de todas as atividades, exceto a leitura oral. Na visão da professora de Educação Ambiental, o aluno tem demonstrado interesse em participar das aulas. Segundo ela, sempre que ele tem dificuldades, faz gestos de que não entendeu o assunto. Nas aulas de Matemática, a professora confessa que tem demonstrado interesse em participar das aulas e acrescenta que sua participação se dá através de indagações e aproximação da mesa da professora, para solicitar orientações. Nas aulas de Português, a professora relata que ele faz todas as atividades propostas e a participação acontece na interação dele com os colegas e com ela.

Quando questionados acerca do que eles têm feito de diferente para promover a aprendizagem e o bom desenvolvimento do aluno, a professora de Redação e Educação Física foi direta e disse que não tem feito nada. O professor de História e Geografia, por sua vez, disse que tem feito o mesmo que faz para todos os educandos, uma vez que não dispõe de recursos e formação que o habilitem a oferecer uma abordagem diferenciada: “Tenho limitação para avaliar esse sujeito, visto que sou limitado na comunicação com o mesmo”. A professora de Educação Ambiental ressaltou que, por não ter feito

curso de Libras, procura aprender os gestos com ele, para que haja uma boa comunicação e um bom desenvolvimento das atividades propostas. A professora de Matemática, por sua vez, destacou que tem procurado estar sempre por perto do aluno, buscando métodos diferenciados que o ajudem em seu processo de ensino-aprendizagem. Por último, a professora de Português também disse que tenta estar mais próxima do aluno. Além disso, solicita ajuda dos colegas com quem esse aluno mais se identifica. Nesta perspectiva, Dámazio diz que:

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez, torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los (DÁMAZIO, 2007, p. 21).

Como é de conhecimento de todos, o professor necessita de suporte, a exemplo de formação continuada, para melhor desempenhar seu papel de educador frente a este processo. No entanto, quando questionados sobre qual suporte o professor tem recebido para o enfrentamento desse processo de inclusão do aluno surdo, de um modo geral afirmaram que até o momento não haviam recebido nenhum suporte para trabalhar com esse aluno. A professora de Português acrescentou ainda que a escola não possui um laboratório e nenhum ambiente diferenciado para ajudar o aluno com esse tipo de deficiência. De acordo com Maciel e Neto, “é direito do professor e dever do Estado proporcionar condições favoráveis de formação completa, apropriada e eficaz para enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações” (MACIEL & NETO, 2011, p. 73).

No que tange à experiência educacional na área de inclusão com alunos surdos, a professora de Redação e Educação Física afirmou já ter tido alguma experiência anterior atuando com alunos surdos. O professor de Geografia e História também afirmou ter tido experiência similar, mas ressaltou que foi muito diferente da atualidade: “O que lembro é que não poupei carinho e atenção pelo aluno. Não consigo avaliar o impacto do meu trabalho no seu desenvolvimento”. Por outro lado, as professores de Educação Ambiental, Matemática e Português ressaltaram que é a primeira vez que trabalham com

um aluno surdo.

A professora de redação ressaltou que sua maior dificuldade frente a este processo é a falta de uma preparação para atender a esse aluno. Já o professor de Geografia e História disse que sua dificuldade está em não poder manter uma comunicação com ele, assim como a falta de orientação quanto ao procedimento, qual método e quais materiais instrucionais a serem usados: “Uma boa noção de Libras eu acho que já seria um bom começo”. As professoras de Educação Ambiental, Português e Matemática têm como maior dificuldade a comunicação. Para a professora de Educação Ambiental, a escola deveria ter um tradutor ou especializar todos os professores que trabalham com o aluno. Com a falta desta comunicação entre aluno e professor, o aluno surdo entra em desvantagem no quesito ensino-aprendizagem, uma vez que ele não compreende a linguagem do professor e vice-versa De acordo com Alpia Couto: "os problemas de linguagem irão dificultar a comunicação da criança com a família, sua vida em sociedade e sua aprendizagem na escola" (ALPIA COUTO, 1985, p. 11).

Há uma diferença entre o ensino integrado e o inclusivo. No primeiro tipo de ensino, o foco é a garantia da matrícula e a frequência do aluno na classe regular. No segundo, a aprendizagem do aluno, ou seja, a qualidade do ensino. Mediante uma pergunta que conferiu ênfase a este aspecto, a professora de Redação e também o professor de Geografia e História disseram que o aluno surdo está apenas integrado na sala de aula. “Eu diria mais integrado pela questão da estrutura que a escola oferece, mas o sujeito consegue aprender. Não sei até que ponto o trabalho realizado influencia esse processo, mas ele sabe ler. Aprendeu isso mesmo com suas limitações”, disse o professor de História e Geografia. A professora de Educação Ambiental acredita que o aluno esteja integrado: “Não temos nenhum apoio em relação ao oferecimento de condições especiais para o seu ingresso, principalmente materiais, equipamentos para garantir acessibilidade e orientação pedagógica aos docentes”. A professora de Matemática preferiu não responder a esta pergunta, e nem justificou o motivo. Já a professora de Português acredita que ele esteja apenas integrado, pois, segundo ela, o governo exige a permanência desses alunos nas classes regulares, mas não dá o devido suporte nessa direção, nem para os profissionais nem para os alunos.

A Língua Brasileira de Sinais é a linguagem oficial dos surdos e é imprescindível que esteja atrelada ao seu processo de inclusão. Em face de um questionamento em torno desta questão, as professoras de Redação, Educação Física, Matemática e Português foram humildes em dizer que não têm conhecimento nesta área e, para se comunicarem com o aluno, gesticulam e, às vezes, se valem da escrita. Já o professor de Geografia e História conta com a mediação de um colega da mesma comunidade do aluno, que serve como um interlocutor. A professora de Educação Ambiental também não tem conhecimento em Libras e, ficou constatado na resposta ao questionário que procura aprender com ele através de gestos, a fim de que o aprendizado aconteça. Pode-se afirmar, portanto, que sem a presença de profissionais com especialização em Libras atuando em sala de aula, o processo de inclusão do aluno está incompleto. Segundo Dámazio (2007):

é essencial que o professor tenha formação em Libras para ter um melhor aproveitamento do conteúdo a ser trabalhado. Sabe-se que para ter uma boa compreensão é fundamental que não exista barreira de comunicação. O professor que é fluente em Libras é a pessoa mais habilitada para transmitir seus conhecimentos aos alunos usuários da Língua de Sinais. Uma vez que o domínio do conhecimento a ser trabalhado é exclusivo desse professor, não existe a barreira da comunicação e, assim sendo, o intérprete será desnecessário (DÁMAZIO, 2007, p. 51).

Partindo do entendimento de que a inclusão se constitui como complexa e desafiadora, perguntamos aos professores sobre aspectos que consideravam positivos e negativos acerca de como esse processo vem ocorrendo. A professora de Redação ressaltou que um dos aspectos positivos é saber que o aluno se relaciona com outras pessoas e que aprende algo com eles. Na visão dela, o ponto negativo é a falta de um atendimento adequado. O professor de Geografia e História ressaltou como positivo o aluno conseguir participar como os demais das aulas, tendo como desafio ou ponto negativo o seu “comportamento”. Deixa claro, no entanto, que isso não é uma marca somente do aluno surdo. A professora de Educação Ambiental destacou o fato de ter aprendido que ser diferente é normal e que a criança ou o adolescente especial fazem a diferença, sendo capazes de transformar o mundo. Para ela, o ponto negativo seria a falta de apoio para esse aluno. Para a professora de

Matemática, o que vê como positivo é saber que as limitações desse aluno não o impedem de estar na escola como todas as pessoas, exercendo o mesmo direito de cidadão. Além disso, saber que, de alguma forma, está contribuindo com o ensino-aprendizagem do aluno, vendo-o superar as dificuldades e conseguir absorver conhecimentos, por menores que sejam. Como aspecto negativo, coloca em destaque a falta de apoio pedagógico e de preparação nesta área. Por último, a professora de Português colocou como ponto positivo a vontade que o aluno tem de aprender e fazer parte desse processo. Por outro lado, apontou como negativo a falta de atenção dada a ele por parte do poder público, a precariedade do ensino ofertado a ele e a falta de preparo adequado dos professores.

Na LDBEN, em seu Artigo 24, Inciso V, consta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. No que tange ao quesito avaliação, a professora de Redação faz uso, com o aluno surdo, de avaliações escritas e participação nas aulas. O professor de Geografia e História usa o mesmo processo para todos os alunos. Justifica-se dizendo que não tem plena convicção de que está agindo da forma como deve. A professora de Educação Ambiental ressalta que o processo avaliativo é o mesmo, dizendo levar em conta as limitações do aluno. A professora de Matemática salienta que, em alguns momentos, a avaliação ocorre paralelamente ao processo dos demais alunos. Em outros, procura maneiras de avaliar com mais cautela, levando em conta suas reais necessidades. Já a professora de Português avalia o aluno de forma diferenciada, por acreditar que esse tipo de aluno exige por parte do professor métodos diferenciados, que respeitem suas limitações. Sendo assim, realiza um acompanhamento individual, uma observação constante das atividades desenvolvidas e orientações diferenciadas.

Concluindo, a professora de Redação e Educação Física finalizou dizendo que a escola precisa se preparar para ajudar alunos com necessidades educacionais especiais, usando recursos para este fim. A professora de Educação Ambiental finalizou dizendo que, para acontecer o processo de inclusão no sistema de ensino, o Estado tem a obrigação de

investir na formação de professores. A professora de Matemática defendeu que a escola tem que desenvolver uma gestão política que atenda às necessidades educacionais especiais, pois esses alunos precisam de atenção dentro e fora da sala, a exemplo de tecnologias que ajudem em seu desenvolvimento. A professora de Português acrescentou que ela tem percebido ser urgente a necessidade de investir na formação dos professores envolvidos no processo, para que estejam realmente preparados para atender a esta demanda. Além disso, ressaltou que a estrutura das unidades de ensino ainda não está devidamente preparada para receber esses alunos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva constitui algo de extrema importância, levando-nos a refletir sobre a nossa prática pedagógica, enriquecer nossos conhecimentos e ter uma noção de como esses alunos se encontram no contexto escolar. Pode-se dizer que o objetivo desse trabalho foi atingido, uma vez que foi possível conhecer de perto a realidade em que se encontra o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva em uma determinada escola da rede municipal de ensino. A partir disso, navegar no campo da pesquisa, extraíndo, assim, importantes informações que possam vir a contribuir com a melhoria deste processo inclusivo.

Ficou perceptível o quanto o aluno precisa de uma atenção especial, uma vez que a escola não garante o mínimo daquilo que constitui um direito assegurado em leis, faltando-lhe um atendimento adequado, professores que falem e entendem a sua linguagem, livros didáticos e paradidáticos que atendam às suas reais necessidades, apoio dos órgãos competentes, dentre outros fatores imprescindíveis para o seu bom desenvolvimento e superação das suas limitações.

A escola pesquisada ainda está longe, portanto, de ser verdadeiramente inclusiva. Não são oferecidas condições que resultam em um bom desenvolvimento do aluno surdo. Ressalta-se que não foram detectados projetos nem a longo nem a curto prazo que viessem a favorecer esse cidadão, levando-o a ter uma educação e um ensino de qualidade, como os demais alunos matriculados na unidade escolar, atentando-nos para o que a LDB pressupõe como educação especial; a saber:

Modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, e que haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino, (LDB-9394/96, Art. 58).

Espera-se que, a partir desse estudo, a escola venha a repensar o processo de inclusão do aluno, promovendo assim formação continuada para os professores, principalmente na área de Libras, valorizando a linguagem do aluno; firmando parceria com a Secretaria de Saúde, Assistência Social e através desta parceria contratando um fonoaudiólogo para prestar atendimento ao aluno surdo; adaptando o espaço escolar e o currículo às reais necessidades do aluno; solicitando juntamente com a Secretaria de Educação a construção de uma sala de recurso multifuncional via prefeitura municipal para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), dentre outras ações que venham a favorecer o desenvolvimento do aluno e contribuir com a sua aprendizagem, tornando-a significativa. Além disso, espera-se também que novos estudos sejam realizados neste e em outros espaços, para que este e outros alunos consigam superar suas limitações, vencer os desafios e ter futuros promissores.



## REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

ARANHA, M. S. F. *Educação Inclusiva: transformação social ou retórica*. In: OMOTE, S.(org.). *Inclusão: intenção e realidade* (pp. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva. A escola* v.3. 25p. Brasília – DF, MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/aescola.txt>>.

BORTOLETO, R. H.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. *A inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva*. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 45-50, 2002/ 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva: vol 5 e 6: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 2. Institui as diretrizes da educação especial na educação básica*. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais*. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf).

BUENO, GERALDO. *Crianças Com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?* Texto apresentado no Grupo de Trabalho da Anped - 1998.

*Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: Câmara dos Deputados: 2010. (Edições Câmara).

COUTO A. *O deficiente auditivo de 0 a 6 anos*, Rio de Janeiro: SKORPIOS,1980.1994.

DÁMAZIO Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. ia científica em ciências sociais São Paulo: Atlas, 1989.

DORZIAT, A. *Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?* Revista do Centro de Educação, v. 24, p. 1-7, 2004.

EYNG, Ana Maria. *Currículo escolar*. 2.ed. Curitiba: IBPEX, 2010.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. *Ressignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva*. In: Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva – *Ressignificando conceitos e práticas: a contribuição da produção científica*. Vitória: UFES, 2005.

FORMOSO, Daniele de Paula. Professores surdos discutindo o currículo. IN: THOMA, Adriana da Silva. KLEIN, Madalena. (Org.) *Currículo e avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. 133p.

FRANCO, Valéria Korik. *Adaptação Curricular* (2007). Disponível em: <<http://caminhos da inclusao.blogspot.com>>. Acesso em: out. 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HINES, J. T. *Making Collaboration Work in Inclusive High School Classrooms: Recommendations for Principals*. *Intervention in School and Clinic*, v. 43, Nº 5, 2008, p. 277-282.

Kunc, N. *The Need of belong*. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs. In: VILLA, J. S. THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK. *Reestructuring for caring and effective education: administrators guide to creating heterogeneous schools*. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992, p. 25-39.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura: NETO, Shigunow Alexandre, et al. *Formação de Professores: passado, presente e futuro*. 2º ed. São Paulo: Cortes, 2011.

MACIEL, D. A; RAPOSO, M. T. Metodologia e construção de conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão. In D. A. MACIEL; S. BARBATO, (EDs.). *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: EDUnB., 2010, p. 73-102.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAM, Maria Tereza Eglér e colaboradores *Integração de pessoas com deficiência*. Memnon edições científicas Ltda, 1997.

------. *O desafio das diferenças nas escolas*. Petropolis, RJ: Vozes, 2009

------. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

PERLIN, G.. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Org.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise. 2000.

Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997

RAMSEY, Claire L. *Deaf children in public schools: placement, context and Consequences*. Gallaudet University Press 1997.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. *Formação e profissionalização docente*. 3º ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Secretaria de Educação especial. *Saberes e práticas da Inclusão: dificuldade de comunicação e sinalização: surdez – 2. ed. ver. –Brasília: MEC, SEESP, 2003.*

SKLIAR, C. Estudos surdos e estudos culturais em educação. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000

SOUZA, R. M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise. 2000.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. *O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão*. In SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 163-188.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca. *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Diretrizes e Desafios na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Inclusão Escolar*. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007, São Paulo. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>>.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. 2ed. Rio de Janeiro: WVA. 1997. p 53

## APÊNDICES

### A – Roteiro de Entrevista - Gestão Escolar (Direção e Coordenação) (Modelo)

<b>Roteiro de Entrevista com o diretor e a coordenadora da Escola</b>	
Nome fictício: Sexo: Função: Formação Acadêmica:	
<b>Perguntas</b>	<b>Resposta por escrita ou em áudio</b>
Quantos alunos com deficiência auditiva se encontram matriculados nesta escola da rede municipal de ensino?	
É sabido que a Lei LDB 9394/96 assegura a todos os alunos com deficiência o direito primordial de serem matriculados na rede regular de ensino e a sua permanência no ambiente escolar. Além da matrícula, o que a escola tem feito ou vem fazendo para promover o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva?	
Quais projetos têm sido pensados pela gestão escolar com o intuito de ajudar no desenvolvimento deste aluno e superar os desafios em decorrência de suas limitações?	
Qual o maior desafio enfrentado pela escola diante do processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva?	
Qual apoio a escola tem recebido para ajudar neste processo de inclusão?	
Como é a relação do aluno com a escola, direção, coordenação,	

<p>colegas, professores e demais funcionários?</p>	
<p>No que diz respeito à biblioteca da escola, a mesma atende às reais necessidades do aluno com deficiência auditiva?</p>	
<p>É sabido que a linguagem oficial do surdo é a Língua de Sinais, ou seja, LIBRAS. Sendo assim, esta instituição escolar conta com profissionais habilitados na área de inclusão, pelo menos com formação em LIBRAS?</p>	
<p>A Lei também garante ao aluno um atendimento educacional especializado, a escola em loco possui salas de recursos multifuncionais?</p>	
<p>Na visão da coordenadora desta instituição escolar como promover um ensino eficaz direcionado ao aluno com deficiência auditiva?</p>	
<p>A escola tem recebido recursos direcionados à educação inclusiva, quais?</p>	
<p>Há uma parceria da Secretaria de Saúde e Assistência Social firmada com essa escola, ou esse aluno nunca recebeu assistência desses órgãos durante a sua estadia nesta instituição?</p>	
<p>O espaço da escola atende às reais necessidades desse aluno? Se não, o que a escola está pretendendo fazer para adequar esse espaço às suas reais necessidades?</p>	

<p>A escola tem promovido formação continuada com os professores que atuam com o referido aluno na classe regular de ensino?</p>	
<p>O Currículo Escolar e o PPP da escola contemplam às reais necessidades do aluno, ou seja, há ações ou estratégias descritas nesses documentos e que estão direcionadas para o processo de ensino e aprendizagem desse aluno?</p>	
<p>Na visão do diretor e da coordenadora esse aluno tem conseguido se desenvolver mediante o ensino a ele ofertado nesta instituição?</p>	
<p>No que se refere à promoção desse aluno para o ano subsequente, como ela tem acontecido?</p>	
<p>O que o diretor ou a coordenadora têm ainda a relatar sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva ?</p>	
<p>Para encerrar essa nossa entrevista, gostaria de agradecer ao nobre diretor e também à coordenadora pela acolhida e disposição em poder responder as inúmeras perguntas e passar todas essas informações que serão de grande relevância para a construção do meu trabalho de conclusão de curso, a saber, a Monografia. Gostaria que deixasse suas considerações finais.</p>	

**B - Questionário- Professor (Modelo)**

<b>Questionário de perguntas e respostas</b>	
Nome Fictício: Função: Sexo: Área de atuação: Área de Formação:	
<b>Perguntas</b>	<b>Respostas</b>
Na visão do(a) professor(a) o que é inclusão?	
Como o (a) nobre professor (a) procura incluir o aluno com deficiência auditiva em suas aulas?	
No que diz respeito às atividades propostas, as mesmas são iguais para todos os alunos, ou é dada uma atividade diferenciada para o aluno com a deficiência especificada?	
Mediante acompanhamento desse aluno em sala de aula, o (a) professor (a) entende que o aluno está se desenvolvendo e por quê?	
Como é a relação desse aluno com os demais colegas da classe e com o(a) nobre professor(a)?	
Na visão do (a) professor (a) o aluno em foco tem demonstrado certo interesse em participar das atividades propostas em sala de aula? E como tem acontecido ou vem acontecendo essa sua participação?	
O que o professor tem feito de diferente para promover a aprendizagem e o bom desenvolvimento desse aluno?	
Qual suporte o professor tem recebido para o enfrentamento desse processo	



de inclusão do aluno com deficiência auditiva?	
O(a) professor(a) já teve alguma experiência educacional antes ou é a primeira vez que está atuando na área de inclusão com alunos surdos?	
Qual a sua maior dificuldade apresentada frente a esse processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva?	
É sabido que há uma diferença entre o ensino integrado e o ensino inclusivo, uma vez que no primeiro tipo de ensino o foco é somente a garantia da matrícula e a frequência do aluno na classe regular, ao contrário do segundo, cujo foco principal é a aprendizagem do aluno, ou seja, a qualidade do ensino. Sendo assim, na visão do(a) professor(a) o referido aluno se encontra incluído ou apenas integrado na sala de aula?	
O professor tem algum conhecimento em Língua Brasileira de Sinais, linguagem esta considerada a linguagem oficial dos surdos? Se não, como faz para se comunicar com esse aluno e auxiliar em suas atividades e tirar possíveis dúvidas?	
Sabemos que o processo de inclusão é muito complexo e desafiador. Durante todo esse tempo de convívio com o aluno em sala de aula, o que o(a) nobre professor(a) tem a relatar de positivo e negativo em referencia a esse processo?	
Como o(a) professor(a) tem avaliado esse aluno no decorrer de todo o processo? Os métodos são os	

<p>mesmos utilizados no processo avaliativo dos demais alunos ou tem acontecido de forma diferenciada? Poderia relatar um pouco acerca de como acontece esse processo avaliativo?</p>	
<p>Para finalizar esta série de perguntas, no que diz respeito ao processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva, o que o (a) professor (a) tem ainda a acrescentar?</p>	

### C- Roteiro de Entrevista - Aluno (Colegas do Aluno Surdo)

<b>Roteiro de Entrevista - Colegas do aluno com deficiência auditiva</b>	
<b>Nome Fictício:</b>	
<b>Sexo:</b>	
<b>Série em que estuda:</b>	
<b>Perguntas</b>	<b>Respostas</b>
Como você enquanto colega do aluno com deficiência auditiva se comunica com ele?	
Temos observado que algumas pessoas carregam consigo um certo preconceito e optam em não ter nenhum envolvimento e relacionamento proximal de pessoas com alguma deficiência. Como é o seu relacionamento em sala de aula com o colega surdo e vice-versa?	
Ele te pede ajuda quando sente dificuldade para executar as atividades em sala de aula?	
Como esse aluno é visto e tratado em sala de aula pelas pessoas que estão ao seu redor?	
Como você descreveria o comportamento desse seu colega em sala de aula? Ele é agressivo?	
Você mora na mesma comunidade dele? Se sim, como é a convivência dele nessa comunidade?	
Ele tem algum colega na classe que tem uma afinidade maior, ou seja, alguém que ele compartilha suas necessidades e solicita ajuda quando necessário. Em outras palavras, o amigo mais chegado?	
Os professores tratam esse aluno de	

forma diferenciada?	
Tomando como base o convívio desse aluno com os demais colegas em sala de aula, em sua opinião esse seu colega se sente à vontade na sala em que estuda ou se sente como um peixe fora d'água? Justifique sua resposta.	
Poderia citar alguns gestos que o mesmo usa em sala de aula ou em outros momentos para se comunicar e que você como colega dele consegue decifrar a mensagem que ele está passando?	
Para finalizar, o que você enquanto colega desse aluno deixaria como sugestão para que a escola pudesse fazer de diferente no sentido de favorecer a aprendizagem do mesmo?	

**D - Questionário- Aluno Surdo (Modelo)**

<b>Questionário de Múltipla Escolha - aluno com deficiência auditiva</b>	
Nome Fictício:	
Sexo:	
Idade:	
Série em que estuda:	
<b>Perguntas</b>	<b>Respostas</b>
Você se sente bem na escola em que estuda?	( ) sim ( ) não ( ) às vezes
Esta escola é agradável?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você é bem tratado nesta escola pelos colegas?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você é bem tratado nesta escola pelos professores?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você é bem tratado nesta escola pelo diretor e pela coordenadora?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você tem aprendido alguma coisa aqui nesta escola com os professores e colegas?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você tem dificuldade de se comunicar com as pessoas aqui na escola?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você entende o que os professores explicam na sala de aula?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você gosta muito de estudar?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você já esteve LIBRAS?	( ) sim ( ) Não
Quando precisa de ajuda, os professores e os colegas lhe ajudam?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Você considera a escola como a sua segunda casa?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
Consegue responder as atividades ou tarefas sozinho?	( ) sim ( ) Não ( ) às vezes

## ANEXOS

### A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Para: o: Ilmo. Sr. Diretor: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Instituição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

#### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a) xxxxxxxxxxxxxx que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

---

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

**B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)**

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde  
PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre O Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva na Rede Municipal de Ensino. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de questionários, onde o(a) professor(a) estará respondendo por escrito as perguntas ali prescritas, conforme à sua disponibilidade.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fotos, dados pessoais, dentre outros aspectos que venha comprometer ou lhe prejudicar, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxxxxxxxxxxx ou no endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_



## C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais ou Responsáveis (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde  
PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre O Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva na Escola da Rede Municipal de Ensino. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas via gravação em áudio, onde estarei fazendo algumas perguntas direcionadas ao mesmo em alusão ao processo de inclusão do aluno com surdez e o mesmo estará respondendo de acordo às suas possibilidades. Além disso, estarei registrando o momento via imagens fotográficas.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como gravação em áudio, fotos, dentre outros aspectos que venham comprometer ou trazer algum constrangimento a seu filho, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxxxxxxxxxxxx ou no endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxxx.

Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

**D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor (Modelo)**

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde  
PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor Diretor,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre O Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva na Rede Municipal de Ensino. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio, onde o diretor estará respondendo por escrito as perguntas ali prescritas, conforme à sua disponibilidade.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fotos, dados pessoais, dentre outros aspectos que venha comprometer ou lhe prejudicar, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxxxxxxxxxxxx ou no endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.  
Respeitosamente.

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Diretor

Nome do Diretor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

## E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenadora (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde  
PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora Coordenadora,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre O Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva na Rede Municipal de Ensino. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio, onde a coordenadora estará respondendo por escrito as perguntas ali prescritas, conforme à sua disponibilidade.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fotos, dados pessoais, dentre outros aspectos que venha comprometer ou lhe prejudicar, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, a senhora poderá me contatar pelo telefone xxxxxxxxxxxxx ou no endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.  
Respeitosamente.

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura da Coordenadora

Nome da Coordenadora: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_